



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL GERAL DE BELÉM  
(Hospital Militar de 2ª Classe)**

**PREGÃO ELETRÔNICO 11/2023**

**NUP: 64575.007634/2023-66**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Aquisição de medicamentos de alto custo para o Hospital Geral de Belém, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Und	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	461325	ABEMACICLIBE 100MG – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	219,79	79.124,40
02	461326	ABEMACICLIBE 150 MG – CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	Comp	720	311,80	224.496,00
03	461327	ABEMACICLIBE 200 MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	392,89	141.440,40
04	412776	ABIRATERONA ACETATO 250 MG CAIXA COM 120 COMPRIMIDOS	Comp	2880	19,72	56.793,60
05	268108	GOSSERRELINA CETATO, DOSAGEM 10,80 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL – CAIXA COM 1 SERINGA	Seringa	70	1471,75	103.022,50
06	268109	GOSSERRELINA CETATO ,DOSAGEM 3,6 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL – CAIXA COM 1 SERINGA	Seringa	80	686,79	54.943,20
07	338411	ÁCIDO ZOLE DRÔNICO, CONCENTRAÇÃO 4 MG	Frasco 5 ml	32	40,52	1.296,64
08	440057	AFATINIBE DIMALEATO 30 MG – CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS	Comp	336	144,44	48.531,84
09	440056	AFATINIBE DIMALEATO 40 MG – CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS	Comp	336	189,62	63.712,32
10	458500	ALECTINIBE 150MG - CAIXA COM 224 CÁPSULAS	Cápsulas	2688	126,72	340.623,36
11	436705	BUPRENORFINA 10 MG	Adesivo	100	52,85	5.285,00
12	449014	ALFAPOETINA 4.000UI	Ampola 1ml	70	29,75	2.082,50

13	449016	ALFAEPOETINA 40.000UI	Frasco 1ml	60	890,68	53.440,80
14	278348	ANASTRAZOL 1 MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	80	1,00	80,00
15	457206	APALUTAMIDA 60MG – CAIXA COM 120 COMPRIMIDOS	Comp	1440	111,80	160.992,00
16	442721	AXITINIBE 1MG - CAIXA COM 180 COMPRIMIDOS	Comp	2160	68,30	147.528,00
17	439259	AXITINIBE 5MG - CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	Comp	720	344,92	248.342,40
18	271761	BICALUTAMIDA 50 MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	1500	3,22	4.830,00
19	280201	BORTEZOMIBE 3,5 MG	Frasco- Ampola	50	362,67	18.133,50
20	464681	CABOZANTINIBE 40 MG – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	1311,65	472.194,00
21	464682	CABOZANTINIBE 60 MG – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	1402,74	504.986,40
22	268404	CAPECITABINA 150 MG – CAIXA COM 120 COMPRIMIDOS	Comp	300	2,82	846,00
23	268403	CAPECITABINA 500 MG - CAIXA COM 120 COMPRIMIDOS	Comp	600	4,46	2.676,00
24	304788	CINACALCETE 30 MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	400	20,57	8.228,00
25	305259	LEUPRORRELINA 22,5 MG CX C/ 1 SERINGA+DILUENTE	Seringa	40	1015,70	40.628,00
26	305259	CRIZOTINIBE 200 MG - CAIXA COM 60 CÁPSULAS	Cápsula	720	543,71	391.471,20
27	432637	CRIZOTINIBE 250 MG - CAIXA COM 60 CÁPSULAS	Cápsula	720	552,59	397.864,80
28	421223	DENOSUMABE 60 MG/ML	Frasco- ampola 1,7 ml	60	1599,00	95.940,00
29	271949	FENTANILA 50 MCG CX C/ 5 ADESIVOS TRANSDÉRMICOS	Adesivo	100	133,34	13.334,00
30	412031	DASATINIBE 100 MG – CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	1000	431,49	431.490,00
31	412031	DEGARELIX 120 MG	Frasco- Amp	60	570,39	34.223,40
32	406358	DESOSUMABE 70 MG/ML	Frasco 1,7 ml	50	1602,29	80.114,50
33	433690	ENZALUTAMIDA 40 MG - CAIXA COM 120 CÁPSULAS	Cápsula	1400	108,85	152.390,00
34	416528	ERITROPOIETINA 4000U UI	Frasco	100	31,99	3.199,00
35	282151	EXEMESTANO 25 MG CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	17,17	6.181,20

36	300412	FILGRASTRIM 300 MCG/ML	Frasco	100	55,68	5.568,00
37	448707	FULVESTRANTO 50 MG/ML	Seringa 5 ml	50	572,23	28.611,50
38	282040	GEFITINIBE 250 MG – CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	113,23	40.762,80
39	414431	GOLIMUMABE 50 MG	Seringa	40	2956,25	118.250,00
40	439342	COBIMETINIBE 20 MG - CAIXA C/ 63 COMPRIMIDOS	Comp	1000	327,51	327.510,00
41	365048	LENALIDOMIDA 10MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	300	847,38	254.214,00
42	365049	LENALIDOMIDA 15MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	500	788,31	394.155,00
43	364816	LENALIDOMIDA 25MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	300	930,02	279.006,00
44	365047	LENALIDOMIDA 5MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	300	682,79	204.837,00
45	273407	LETROZOL 2,5MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	720	0,83	597,60
46	305257	LEUPRORRELINA ACETATO 3,75 MG	Frasco 1,6 ml	24	348,73	8.369,52
47	305258	LEUPRORRELINA ACETATO 7,5 MG	Frasco 1,6 ml	24	320,37	7.688,88
48	276658	METOPROLOL 100 MG – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	400	1,64	656,00
49	374967	NILOTINIBE 200 mg - CAIXA C/ 112 CÁPSULAS	Cápsula	500	135,79	67.895,00
50	436345	NINTEDANIBE 150 MG - CAIXA C/ 60 CÁPSULAS	Cápsula	1440	320,31	461.246,40
51	458279	OLAPARIBE 100 MG - CAIXA C/ 56 COMPRIMIDOS	Comp	2688	271,44	729.630,72
52	458280	OLAPARIBE 150 MG - CAIXA C/ 56 COMPRIMIDOS	Comp	2688	289,22	777.423,36
53	442724	OSIMERTINIBE 40 MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	1163,05	418.698,00
54	442723	OSIMERTINIBE 80 MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	360	1171,02	421.567,20
55	452628	PALBOCICLIBE 100 MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	300	568,94	170.682,00
56	446772	PALBOCICLIBE 125 MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	300	811,85	243.555,00
57	452627	PALBOCICLIBE 75 MG - CAIXA C/ 21 CÁPSULAS	Cápsula	300	394,50	118.350,00
58	457888	RIBOCICLIBE 200 MG CAIXA C/ 21 COMPRIMIDOS	Comp	756	290,23	219.413,88
59	282882	ROSUVASTATINA 20 MG – CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	800	0,69	552,00
60	408048	SOMATROPINA 36 UI	Frasco-Ampola	400	965,56	386.224,00

61	448764	SOMATROPINA 10 MG/ML	Frasco-Ampola 1,5ML	400	852,29	340.916,00
62	443191	SOMATROPINA 15 UI	Frasco-Ampola 1,5ML	400	900,73	360.292,00
63	330335	SORAFENIBE 200 MG - CAIXA C/ 60 COMPRIMIDOS	Comp	800	116,73	93.384,00
64	292262	MORFINA 100 MG - CAIXA C/ 60 CÁPSULAS	Cápsula	750	3,57	2.677,50
65	271391	MORFINA 30 MG - CAIXA C/ 50 COMPRIMIDOS	Comp	1500	1,77	2.655,00
66	344562	SUNITINIBE 25 MG - CAIXA C/ 28 CÁPSULAS	Cápsula	336	385,12	129.400,32
67	344564	SUNITINIBE 50 MG - CAIXA C/ 28 CÁPSULAS	Cápsula	336	706,59	237.414,24
68	272023	TAMOXIFENO CITRATO 20 MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	1500	1,30	1950,00
69	273193	TEMOZOLOMIDA 5 MG - CAIXA C/ 05 CÁPSULAS	Cápsula	60	13,37	802,20
70	273195	TEMOZOLOMIDA 100 MG - CAIXA C/ 05 CÁPSULAS	Cápsula	60	60,04	3.602,40
71	273194	TEMOZOLOMIDA 20 MG - CAIXA C/ 05 CÁPSULAS	Cápsula	60	38,80	2.328,00
72	292372	TOXINA BOTULÍNICA 100 UI	Frasco-Ampola	150	859,0	128.850,00
73	418793	VEMURAFENIBE 240MG - CAIXA C/ 56 COMPRIMIDOS	Comp	4500	179,61	808.245,00
74	439610	NINTEDANIBE 100 MG - CAIXA C/ 60 CÁPSULAS	Cápsula	1400	164,92	230.888,00
75	273818	DIOSMINA 450MG+ HESPERIDINA 50MG – CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	1300	0,66	858,00
76	448579	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500 MG - CAIXA C/ 50 COMPRIMIDOS	Comp	600	6,55	3.930,00
77	480015	ROMOSUZUMABE 90 MG/ML	Seringa 1,17 ml	50	1.967,64	98.382,00
78	434252	PIFENIDONA 267 MG - CAIXA C/ 270 CÁPSULAS	Cápsula	4000	37,39	149.560,00
79	292264	MORFINA 60 MG - CAIXA C/ 60 CÁPSULAS	Cápsula	1500	2,17	3.255,00
80	292263	MORFINA 30 MG - CAIXA C/ 60 CÁPSULAS	Cápsula	1500	1,63	2.445,00
81	433685	RUXOLITINIBE 20 MG - CAIXA C/ 60 COMPRIMIDOS	Comp	1440	492,56	709.286,40
82	440269	PEMBROLIZUMABE 25 MG/ML	Frasco 4 ml	100	14.938,78	1.493.878,00
83	448276	LENVATINIBE 10 MG - CAIXA C/ 30 CÁPSULAS	Comp	1500	347,47	521.205,00
84	268372	ACICLOVIR 400 MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	2880	1,68	4.838,40

85	464680	CABOZANTINIBE 20 MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	500	655,82	327.910,00
86	338297	VORICONAZOL 200 MG - CAIXA C/ 14 COMPRIMIDOS	Comp	1400	23,17	32.438,00
87	448275	LEVANTINIBE 4 MG - CAIXA C/ 30 CÁPSULAS	Comp	1350	139,13	187.825,50
88	267618	CARBAMAZEPINA 200 MG - CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	1000	0,38	380,00
89	292195	HALOPERIDOL, SOLUÇÃO ORAL GOTAS 2MG/ML	Frasco 20 ml	800	6,58	5.264,00
90	436704	BUPRENORFINA 5MG - CAIXA C/ 2 ADESIVOS TRANSDÉRMICOS	Adesivo	600	49,26	29.556,00
91	470668	DAROLUTAMIDA 300MG - CAIXA C/ 120 COMPRIMIDOS	Comp	600	108,96	65.376,00
92	271946	FENTANILA 25MG CX C/ 5 ADESIVOS TRANSDÉRMICOS	Adesivo	100	65,24	6.524,00
93	458278	ACALABRUTINIBE 100 MG - CAIXA C/ 60 CÁPSULAS	Cápsula	720	710,10	511.272,00
94	454939	DURVALUMABE 50MG/ML	Frasco/ Amp 2,4 ml	100	3.246,25	324.625,00
95	448754	LIRAGLUTIDA 6 MG/ML	Seringa 3 ml	100	352,38	35.238,00
96	412091	RIVAROXABANA 20 MG CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS	Comp	720	2,94	2.116,80
97	445432	VALSARTANA COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO SACUBITRIL, CONCENTRAÇÃO: 103 MG + 97 M – CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	Comp	1440	5,61	8.078,40
98	437078	EMPAGLIFLOZINA 10 MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	720	7,10	5.112,00
99	362721	BISOPROLOL 10 MG – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	720	1,54	1.108,80
100	267907	BECLOMETASONA DIPROPIONATO – CAIXA COM 10 FLACONETES	Flaconete	1600	5,90	9.440,00
101	268331	IPROTRÓPIO BROMETO 0,25MG/ML	Frasco 20 ml	200	4,33	866,00
102	292732	FUROSEMIDA-KCL 100MG/40MG - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	Comp	720	1,28	921,60
103	448982	ENOXAPARINA 100 MG/ML	Seringa Preenchida 0,2 ml (20mg)	800	25,41	20.328,00
104	448982	ENOXAPARINA 100 MG/ML	Seringa Preenchida 0,4 ml (40mg)	800	38,11	30.488,00
105	448982	ENOXAPARINA 100 MG/ML	Seringa	800	45,13	36.104,00

			Preenchida 0,6 ml (60mg)			
106	433077	FENOFIBRATO 160 MG	Comp	800	3,25	2.600,00
Valor Total: R\$ 17.050.543,38						

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do momento da contratação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergências entre a descrição do item constante deste instrumento e o SIASG, prevalecerá a primeira (Termo de Referência).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual/2023, conforme detalhamento a seguir: ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000126/2023UASG: 160166.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Respeito à Resolução CONAMA nº 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;

4.1.2 Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde, em acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada RDC222/2018–ANVISA;

4.1.3 Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e INMETRO;

4.1.4 Respeito à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (Lei nº12.305, de 02/08/2010);

4.1.5 Os resíduos de serviços da saúde deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas– ABNT/NBR7.500;

4.1.6 O armazenamento de resíduos sólidos perigosos, de forma a proteger a saúde pública e do meio ambiente, seguirá as normas fixadas pela associação Brasileira de Normas Técnicas– ABNT/NBR12235;

4.1.7 Os resíduos do Grupo A da Resolução do CONAMA nº 358, de 29/04/2016, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal. Além disso:

4.1.7.1 Os resíduos do Grupo A1, constantes do anexo I desta Resolução, devem ser submetidos a processos de tratamento em equipamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação microbiana e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde.

4.1.7.2 Os resíduos do Grupo A2, constantes do anexo I desta Resolução, devem ser submetidos a processo de tratamento com redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde;

4.1.7.3 Os resíduos do Grupo A3, constantes do anexo I desta Resolução, quando não houver requisição pelo paciente ou familiares e/ou não tenham mais valor científico ou legal, devem ser encaminhados para sepultamento em cemitério, desde que haja autorização do órgão competente do Município, do Estado ou do Distrito Federal, ou tratamento térmico por incineração ou cremação, em equipamento devidamente licenciado para esse fim;

4.1.7.4 Os resíduos do Grupo A4, constantes do anexo I desta Resolução, podem ser encaminhados sem tratamento prévio para local devidamente licenciado para a disposição final de resíduos dos serviços de saúde;

4.1.7.5 Os resíduos do Grupo A5, constantes do anexo I desta Resolução, devem ser submetidos a tratamento específico orientado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária–ANVISA.

4.1.7.6 Os resíduos pertencentes ao Grupo B, constantes do anexo I da Resolução do CONAMA nº 358 de 29/04/2016 com características de periculosidade, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específica;

4.1.8. Os resíduos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe I;

4.1.9. Os resíduos no estado líquido não devem ser encaminhados para disposição final em aterros;

4.1.10. Os resíduos sem características de periculosidade, não necessitam de tratamento prévio;

4.1.11. Os resíduos quando no estado sólido, podem ter disposição final em aterro licenciado;

4.1.12. Os resíduos quando no estado líquido, podem ser lançados em corpo receptor ou na rede pública de esgoto, desde que atendam respectivamente as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamentos competentes.

4.1.13. Os resíduos resultantes de atividades exercidas pelos serviços referidos no art. da Resolução do CONAMA nº 358 de 29/04/2016 que contenham radio nuclídeo sem quantidades superiores aos limites de

isenção especificados na norma CNEN-NE-6.02-Licenciamento de Instalações Radiativas, e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista, são considerados rejeitos radioativos Grupo C e devem obedecer às exigências definidas pela CNEN;

4.1.14. Os rejeitos radioativos não podem ser considerados resíduos até que seja decorrido o tempo de caimento necessário ao atingimento do limite de eliminação.

4.1.15. Os rejeitos radioativos, quando atingido o limite de eliminação, passam a ser considerados resíduos das categorias biológicas, química ou de resíduo comum, devendo seguir as determinações do grupo ao qual pertencem.

4.1.16. Os resíduos pertencentes ao Grupo D, constantes do anexo I da Resolução do CONAMA nº 358 de 29/04/2016, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente;

4.1.17. Os resíduos do Grupo D, quando for passível de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem atender as normas legais de higienização e descontaminação e a Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001.

4.1.18. Os resíduos pertencentes ao Grupo E, constantes do anexo I da Resolução do CONAMA nº 358, de 29/04/2016, devem ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica;

4.1.18.1. Os resíduos do Grupo E devem ser apresentados para coletas acondicionadas em coletores estanques, rígidos e hígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação;

4.1.19. Os resíduos a que se refere caput deste artigo, com contaminação radiológica, devem seguir as orientações contidas no art.23, desta Resolução;

4.1.20. Os resíduos que contenham medicamentos citostáticos ou antineoplásicos, devem ser tratados conforme o art. 21, desta Resolução.

#### **Da exigência de amostra:**

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o pregoeiro poderá solicitar ao interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar a apresentação de amostra do material, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

4.3. Quando solicitado o envio de bulário e ou catálogos, em compatibilidade com o Termo de Referência, os mesmos deverão ser entregues por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto sob pena de não aceitação da proposta;

4.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo e formalmente aceito pelo Pregoeiro;

4.5. A solicitação de envio ou apresentação de amostras se fará necessária para todos os itens que a área técnica julgar necessária avaliação mais detalhada, com o objetivo de se verificar a qualidade do medicamento. O principal objetivo da solicitação de amostras é garantir que se está adquirindo medicamento de qualidade para proporcionar segurança durante o procedimento e satisfação com o resultado, tanto para o médico quanto para o paciente;

4.6. O Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta. As amostras dos itens solicitados deverão ser apresentadas no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação.



4.7. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os bulários impressos em língua portuguesa, necessários para seu perfeito entendimento;

4.8. A quantidade das amostras deverá ser de, no mínimo, 1 (uma) unidade por item, apresentada na embalagem original, lacrada, conforme comercializada. Contudo, justificadamente e a critério do Pregoeiro ou da área técnica, poderão ser solicitadas outras quantidades;

4.9. Cada amostra deverá ser identificada com etiqueta contendo as seguintes informações:

4.9.1 Dados completos da referida amostra;

4.9.2 Número da licitação e do item a que se referem;

4.9.3 Dados da Licitante: nome, telefone e e-mail;

4.9.4 Dados do Representante da Licitante: nome, telefone e e-mail.

4.10. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e outras informações adicionais, de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema:

4.12. O pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Hospital Geral de Belém ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

4.13. No caso de não haver entrega da amostra solicitada ou ocorrer atraso injustificado na sua entrega, a proposta será recusada;

4.14. O ônus pela remessa e retirada das amostras será de total responsabilidade da empresa licitante.

4.15. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostra serão arquivados no HGeBelém e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro de materiais;

4.16. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis à aceitação do material, esses poderão ser utilizados como instrumento para a desclassificação do item;

4.17. Os exemplares amostrais considerados de baixo custo pelo licitante não serão devolvidos, enquanto aqueles de custo elevado e que necessitem devolução (mediante expressa manifestação do interessado), deverão ser apresentados por promotores da licitante ou, na impossibilidade de apresentação, o licitante poderá encaminhá-los via Correios/transportadora e resgatá-los no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento. Após esse tempo, o HGe Belém não providenciará o adequado descarte do material.

4.19. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido neste instrumento e a descrição vinculada ao código do medicamento no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no primeiro.

#### **Da exigência da carta de solidariedade**

4.20. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação**

4.21. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.22. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

### **Condições de Entrega**

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho de Despesa, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dia de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital Geral de Belém, localizado na Praça Santos Dumont, s/nº, Bairro Umarizal, Belém/ PA, CEP:66.050-450, entre 08h00 às 14h00.

5.4 O prazo de validade dos itens não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassara sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sempre juízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do medicamento (de acordo com o Termo de Referência) e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art.75 da Lei nº14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. prazo de validade;

7.10.2. data da emissão;

7.10.3. dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,1% de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada da data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do ParecerJL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

## **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

### **Habilitação jurídica**

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art.107da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art.4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de comércio de produtos médicos e ortopedistas.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação social, fiscal e trabalhista.**

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-Ad Consolidado das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art.5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital-ECD ao Sped.



8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual–RSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado da contratação é **R\$ 17.050.543,38** (dezesete milhões, cinqüenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e oitocentavos).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belém, PA, 21 de março de 2024.

**DINALVA FERREIRA DA COSTA DO CARMO – TC**  
Diretora do Hospital Geral de Belém